



COMITÊ INTERSETORIAL DE ACOMPANHAMENTO DA POLÍTICA DE PROMOÇÃO E DEFESA DOS DIREITOS DE LÉSBICAS, GAYS, BISSEXUAIS, TRAVESTIS, TRANSEXUAIS, INTERSEXUAIS E OUTRAS ORIENTAÇÕES SEXUAIS, IDENTIDADES E EXPRESSÕES DE GÊNERO DO ESTADO DO PARANÁ (COMITÊ LGBTI+)

1 **Reunião Ordinária do Comitê LGBTI+ PR - 02/06/2022**

2 No quinto dia do mês de Maio do ano de 2022, às 14h00min, através do link  
3 (Plataforma Google meet): [meet.google.com/dig-wcxv-tuf](https://meet.google.com/dig-wcxv-tuf) e presencialmente  
4 no Palácio das Araucárias – Rua Jacy Loureiro de Campo s/n, Sala de Gestão,  
5 nesta capital, deu-se início à Reunião Ordinária do Comitê Intersectorial de  
6 Acompanhamento da Política de Promoção e Defesa dos Direitos de Lésbicas,  
7 Gays, Bissexuais, Travestis, Transexuais, Intersexuais e outras orientações  
8 sexuais, identidades e expressões de gênero do Estado do Paraná (Comitê  
9 LGBTI+ PR). Fizeram-se presentes, conforme convocação prévia, **Titulares**  
10 **Governamentais:** SANDRA MARCIA DUARTE (SESP); ALBERTO RICARDO  
11 OPOLZ (DET/SEJUF); DR. CLAUDIO MARQUES ROLIN E SILVA (SESP);  
12 MARA FRANZOLOSO (SESA). **Suplentes Governamentais:** MARIA  
13 EDUARDA JANOTTO DA FONSECA (DEDIF/SEJUF); JEAN PABLO  
14 GUIMARÃES ROSSI (SETI); GUSTAVO JOSÉ PICANÇO BAYER (SESP);  
15 LUCIMAR PASIN DE GODOY (SESA). **Titulares da Sociedade Civil:** BRUNA  
16 RAVENA BRAGA (CASA DE MALHÚ); TONI REIS (ALIANÇA NACIONAL  
17 LGBTI+); OTAVIO LUIZ COSTA (IBDESEX). **Suplentes da Sociedade Civil:**  
18 ANGELA ALINE HAIDUK ROSA (CRP-PR); MÁRCIA CRISTINA DA SILVA  
19 RODRIGUES (ASSOCIAÇÃO FLOR DE LIS LGBT); LUCAS SIQUEIRA  
20 (GRUPO DIGNIDADE). **Colaboradores e Convidados:** THAMIRYS NUNES  
21 (ALIANÇA NACIONAL LGBTI+); SAULO GASPARGER (Gerente de Diversidade -  
22 Prefeitura de Maringá); RENATA BORGES (ANTRA e PDT Diversidade);  
23 RAFAEL OSVALDO MACHADO MOURA (MPPR); JANAÍNA PLASIDO  
24 (MPPR); FERNANDO RUTHES (Assessor de Direitos Humanos - Diversidade  
25 Sexual da Prefeitura de Curitiba); CAMILA DOS SANTOS (SESA); RAFAEL  
26 DOTTO (Gerente da Agência do Trabalhador da Cultura - ATC); LIZA MINELLY



COMITÊ INTERSETORIAL DE ACOMPANHAMENTO DA POLÍTICA DE PROMOÇÃO E DEFESA DOS DIREITOS DE LÉSBICAS, GAYS, BISSEXUAIS, TRAVESTIS, TRANSEXUAIS, INTERSEXUAIS E OUTRAS ORIENTAÇÕES SEXUAIS, IDENTIDADES E EXPRESSÕES DE GÊNERO DO ESTADO DO PARANÁ (COMITÊ LGBTI+)

27 (Grupo Esperanza); DIEGO CARVALHO (UNALGBTPR); IZAK NOAH DE  
28 ARAÚJO (Associação Núbia Rafaela Nogueira ALGBTI+); POLIANA  
29 CASTANHA (SEJUF/DEDIF); e DAIANE PÊGO (DEDIF/SEJUF). **Justificativa**  
30 **de Ausência:** ANA FELÍCIA BODSTEIN DE FREITAS (SEJUF/DEDIF);  
31 VALMIR DOS SANTOS (DET/SEJUF); LARISSA MARSOLIK (DAS/SEJUF);  
32 RENATA MAREZIUZEK DOS SANTOS (DAS/SEJUF); MAIARA BONDE  
33 (SECC); MARCEL CESAR JULIÃO PEREIRA (CRP/PR); MATEUS CESAR  
34 COSTA (Grupo Dignidade) e RENNAN GUSTAVO ZIEMER DA COSTA (PDT  
35 Diversidade) que indicou, via *chat* da videoconferência, a Renata Borges para  
36 participar como representante do PDT Diversidade. **1. Abertura:** Após a  
37 verificação de presença, a coordenadora Bruna Ravena iniciou a reunião  
38 saudando a todos, todas e todes presentes. **2. Informes:** Após as saudações  
39 iniciais, procedeu-se a realização de informes. Bruna Ravena salienta a  
40 importância de solicitar as substituições de representantes do colegiado  
41 anteriormente a realização de suas reuniões, para não ocorrer durante a  
42 plenária, também informa que as substituições solicitadas anteriormente pelo  
43 Grupo Dignidade já estão sendo providenciadas; além disso, pede para que  
44 haja comunicação prévia para as ausências. Com a palavra, Angela informa  
45 que no dia 17 de Maio, Dia Internacional contra a LGBTFobia, o Conselho  
46 Federal de Psicologia promulgou a possibilidade de uma nova resolução  
47 versando apenas sobre as bissexualidades e as relações não monossexuais,  
48 sendo uma proteção para as pessoas bissexuais que são atendidas por  
49 psicólogos, nas políticas públicas, nos consultórios e nos espaços de inserção  
50 da psicologia, concluindo ser uma resolução importante, vindo justamente para  
51 lidar com uma lacuna já existente - no sentido que tínhamos uma resolução  
52 onde tratava das questões transexuais e também homossexuais, mas  
53 nenhuma ainda que protegia a população bissexual; Disponibiliza o *link* de



COMITÊ INTERSETORIAL DE ACOMPANHAMENTO DA POLÍTICA DE PROMOÇÃO E DEFESA DOS DIREITOS DE LÉSBICAS, GAYS, BISSEXUAIS, TRAVESTIS, TRANSEXUAIS, INTERSEXUAIS E OUTRAS ORIENTAÇÕES SEXUAIS, IDENTIDADES E EXPRESSÕES DE GÊNERO DO ESTADO DO PARANÁ (COMITÊ LGBTI+)

54 acesso ao material para os presentes na reunião, que está disponível em:  
55 [https://www.in.gov.br/en/web/dou/-/resolucao-n-8-de-17-de-maio-de-2022-](https://www.in.gov.br/en/web/dou/-/resolucao-n-8-de-17-de-maio-de-2022-401069557)  
56 [401069557](https://www.in.gov.br/en/web/dou/-/resolucao-n-8-de-17-de-maio-de-2022-401069557) e [https://site.cfp.org.br/cfp-publica-resolucao-sobre-](https://site.cfp.org.br/cfp-publica-resolucao-sobre-bissexualidades/)  
57 [bissexualidades/](https://site.cfp.org.br/cfp-publica-resolucao-sobre-bissexualidades/); Ainda, continua dizendo que essa é uma transição de várias  
58 alianças de pessoas LGBT no sistema, sendo um momento importante para  
59 psicologia. A coordenadora Bruna Ravena agradece Angela pelos informes e  
60 concede a palavra para Ricardo Opolz. Com a palavra, Ricardo cumprimenta a  
61 todos (as/es) e questiona se o assunto que ele trará é congruente ao ponto de  
62 pauta Informes, pois tratará a respeito do Mutirão LGBTI+. Bruna Ravena  
63 verifica com os presentes que escolhem tratar do assunto na pauta atual.  
64 Adiante, Ricardo explica que o Departamento do Trabalho da SEJUF e a  
65 Agência do Trabalhador de Curitiba realizaram o Mutirão LGBTI+ de  
66 Empregos, no dia 18/05/2022, em que mais de 200 pessoas foram  
67 encaminhadas pra vagas de empregos em Curitiba; Ricardo menciona que são  
68 216 Agências do Trabalhador no Estado do Paraná, porém somente 23  
69 participaram deste mutirão, informando que conversou com Bruna Ravena  
70 anteriormente a esta mobilização, onde acabou não tendo uma divulgação tão  
71 ampla da maneira que deveria ser, mas, mesmo assim, informa que esteve na  
72 agência nesse dia, visualizando uma grande movimentação receptiva ao  
73 mutirão. Seguindo, com a palavra Rafael Santos, gerente da Agência do  
74 Trabalhador de Curitiba, faz o convite para todos(as/es) irem a Agência do  
75 Trabalhador da Curitiba, localizada na Rua Saldanha Marinho, nº 240 – Centro;  
76 Rafael segue informando que empresas multinacionais e outras empresas  
77 estão dispostas para um próximo evento; dado o tamanho delas a parte  
78 burocrática ficou um pouco mais complexa para as aprovações acontecerem  
79 em curto prazo de tempo; Por fim, agradece pelo convite e se disponibiliza para  
80 esclarecimentos de quaisquer dúvidas, tendo em vista a possibilidade de



COMITÊ INTERSETORIAL DE ACOMPANHAMENTO DA POLÍTICA DE PROMOÇÃO E DEFESA DOS DIREITOS DE LÉSBICAS, GAYS, BISSEXUAIS, TRAVESTIS, TRANSEXUAIS, INTERSEXUAIS E OUTRAS ORIENTAÇÕES SEXUAIS, IDENTIDADES E EXPRESSÕES DE GÊNERO DO ESTADO DO PARANÁ (COMITÊ LGBTI+)

81 montar uma ação junto ao Comitê. Bruna Ravena retoma a fala informando  
82 que, de antemão conversou com Ricardo Opolz sobre a possibilidade de trazer  
83 as demais 23 unidades que agiram em conjunto e fechar essa parceria, bem  
84 como já visa para o próximo ano fazer uma articulação maior com as demais  
85 empresas, incluindo os municípios do interior. Não havendo mais informes  
86 prossegue para o próximo ponto de pauta. **3. Aprovação da pauta:** Daiane  
87 informa sobre a reposta do Hospital Universitário Regional de Maringá  
88 (Protocolo nº 18.868.095-0), referente ao convite realizado pelo Comitê LGBTI+  
89 para a sua habilitação na modalidade hospitalar no Processo Transexualizador  
90 e, também, sobre o retorno da SESP, referente a solicitação de celeridade no  
91 protocolado que trata de alterações de campos dos BOs registrados no Paraná  
92 (Protocolo nº 18.868.166-2), por isso solicita a inclusão dessas duas pautas.  
93 Bruna Ravena pergunta se todos estão de acordo com a inclusão das novas  
94 pautas e caso não se pronunciem será considerado aprovado, não havendo  
95 manifestação, considera-se aprovadas às inclusões solicitadas. **4. Convite**  
96 **para integrar grupo de trabalho do TJPR:** Inicialmente, Bruna Ravena realiza  
97 a leitura do “Ofício nº 7670122 - GMF/PR”, encaminhado pelo TJPR, que trata  
98 sobre o “convite para integrar o Grupo de Trabalho Interinstitucional para  
99 implementar a Resolução nº 348, 09/10/2020, do Conselho Nacional de  
100 Justiça, que estabelece diretrizes e procedimentos a serem observados pelo  
101 Poder Judiciário, no âmbito criminal, com relação ao tratamento da população  
102 lésbica, gay, bissexual, transexual, travesti ou intersexo que seja custodiada,  
103 acusada, ré, condenada, privada de liberdade, em cumprimento de alternativas  
104 penais ou monitorada eletronicamente”; Bruna Ravena ressalva que participou  
105 com a Ana Felícia primeira reunião do GMF/TJPR, realizada no dia 26 de maio  
106 de 2022, e que outras instituições e organizações que compõe o Comitê  
107 LGBTI+ PR também foram convidadas a integrar o GMF/TJPR; Assim,



COMITÊ INTERSETORIAL DE ACOMPANHAMENTO DA POLÍTICA DE PROMOÇÃO E DEFESA DOS DIREITOS DE LÉSBICAS, GAYS, BISSEXUAIS, TRAVESTIS, TRANSEXUAIS, INTERSEXUAIS E OUTRAS ORIENTAÇÕES SEXUAIS, IDENTIDADES E EXPRESSÕES DE GÊNERO DO ESTADO DO PARANÁ (COMITÊ LGBTI+)

108 questiona se quem não recebeu o convite tem interesse em participar do  
109 GMF/PR que se pronuncie. Janaína questiona quem foi convidado. Bruna  
110 Ravena responde que, conforme consta no Despacho nº 7666724 - GMF/PR,  
111 que acompanhou o referido ofício foram convidados os seguintes órgãos: a)  
112 Ministério Público do Estado do Paraná; b) Defensoria Pública do Estado do  
113 Paraná; c) Departamento de Polícia Penal do Estado do Paraná; d) Secretaria  
114 de Segurança Pública do Estado do Paraná; e) Federação dos Conselhos da  
115 Comunidade do Paraná; f) Conselho Penitenciário do Paraná; g) Secretaria de  
116 Justiça, Família e Trabalho do Estado do Paraná; h) Ordem dos Advogados do  
117 Brasil, Seccional Paraná; i) Secretaria de Estado da Saúde do Paraná; j)  
118 Comitê Intersectorial de Acompanhamento da Política de Promoção e Defesa  
119 dos Direitos da população LGBTQIA+; k) Transgrupo Marcela Prado; l) Grupo  
120 Dignidade; m) Instituto de Identificação do Estado do Paraná; n) Comissão de  
121 Direitos Humanos e Cidadania da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná;  
122 Além disso informa que, ela mesma como Coordenadora do Comitê ampliou o  
123 convite a outras instituições do movimento LGBT do Estado do Paraná do  
124 interior do Estado para que também possam participar; Assim, também indica  
125 para integrar o GMF/PR a ONG Nubia Rafaela Nogueira ALGBTI+, do  
126 município de Jacarezinho, Renata Borges (ANTRA), do município de  
127 Apucarana, frisando novamente que as demais instituições que não foram  
128 convidadas para participar avisem para se realizar a indicação. Janaína  
129 agradece a explicação de Bruna. Na sequência, Angela pergunta se é possível  
130 incluir o Conselho Regional de Psicologia (CRP) para contribuir nesta pauta.  
131 Janaina responde a Angela que o servidor que acompanha essa pauta no TJ é  
132 o Kleber, sendo ele receptivo para todas as sugestões feitas pela Bruna; então  
133 há a possibilidade da sugestão da Angela ser acolhida. Por fim, deliberou-se  
134 que Bruna Ravena irá entrar em contato com o Kleber e solicitar as inclusões



COMITÊ INTERSETORIAL DE ACOMPANHAMENTO DA POLÍTICA DE PROMOÇÃO E DEFESA DOS DIREITOS DE LÉSBICAS, GAYS, BISSEXUAIS, TRAVESTIS, TRANSEXUAIS, INTERSEXUAIS E OUTRAS ORIENTAÇÕES SEXUAIS, IDENTIDADES E EXPRESSÕES DE GÊNERO DO ESTADO DO PARANÁ (COMITÊ LGBTI+)

135 indicadas. Sem mais manifestações, seguiu-se para a próxima pauta. **5.**  
136 **Retorno da SENAPRED (Ofício nº 003/2022 - Comitê LGBTI+ PR):** Bruna  
137 Ravena contextualiza que, por meio do Ofício nº 003/2022 - Comitê LGBTI+, foi  
138 solicitado à Secretaria Nacional de Cuidados e Prevenção às Drogas -  
139 SENAPRED/MC esclarecimentos para atender a demanda encaminhada ao  
140 NEPSD/PR, e realizou-se os seguintes questionamentos: 1) Quais são as  
141 formas de acolhimento da população LGBTI+ nas comunidades terapêuticas;  
142 2) Existência de campo específico para indicação de pessoas não binárias nos  
143 formulários de cadastro das instituições; e, 3) Quais são as políticas de  
144 atendimento específicas destinadas ao público LGBTI+ nas comunidades  
145 terapêuticas; Assim, passou a realizar a leitura das respostas dos  
146 questionamentos levantados; Seguindo, pede destaque na resposta do  
147 questionamento do item 1 - Quais são as formas de acolhimento da população  
148 LGBTI+ nas comunidades terapêuticas -, pois no art. 19 da RDC/29 não consta  
149 a garantia do respeito da identidade de gênero; Bruna Ravena continua,  
150 contestando onde ficam as pessoas trans no processo de admissão e nas  
151 políticas sobre drogas. Seguindo, propõe que seja elaborado um novo ofício  
152 solicitando a atualização do art.19 da Resolução da Diretoria Colegiada, da  
153 Agência Nacional de Vigilância Sanitária do Ministério da Saúde – RDC nº  
154 29/2011, para a inclusão da garantia de respeito à identidade de gênero no  
155 processo de admissão do residente, nas instituições que oferecem serviços de  
156 acolhimento às pessoas com problemas decorrentes do uso, abuso ou da  
157 dependência do álcool e de outras drogas, principalmente àquelas em maior  
158 vulnerabilidade. Lucimar salienta que a RDC nº 29, é uma normativa antiga de  
159 2011 do Ministério da Saúde e da Anvisa, que ela regulamenta todos os  
160 serviços que prestam e dão diretrizes para montar serviços e entre eles nas  
161 comunidades terapêuticas; Assim, sugere para que seja enviado um



COMITÊ INTERSETORIAL DE ACOMPANHAMENTO DA POLÍTICA DE PROMOÇÃO E DEFESA DOS DIREITOS DE LÉSBICAS, GAYS, BISSEXUAIS, TRAVESTIS, TRANSEXUAIS, INTERSEXUAIS E OUTRAS ORIENTAÇÕES SEXUAIS, IDENTIDADES E EXPRESSÕES DE GÊNERO DO ESTADO DO PARANÁ (COMITÊ LGBTI+)

162 documento para o próprio Ministério da Saúde com o intuito de corrigir essa  
163 informação e ter a inclusão. Janaina concorda que é um ponto importante a ter  
164 destaque e recorda que algumas normativas antigas tentavam alcançar a  
165 comunidade LGBT, mas não de uma forma pontual; ainda, pondera que é uma  
166 autonomia do Comitê de LGBTI+ solicitar essa inclusão. Rennan se  
167 manifestou, no *chat* da reunião, informando que já ouviu falar que comunidades  
168 terapêuticas não promovem tratamentos efetivos à dependência química,  
169 reconhecidos pela medicina e psicologia, mas pondera que da área da saúde  
170 para cravar essa informação. Angela comentou que no último relatório de  
171 inspeção nacional dos hospitais psiquiátricos foi realizado um dia de  
172 investigação em várias localidades do Brasil com colaboração dos Conselhos  
173 de Psicologia, do mecanismo do Combate a Tortura, do Ministério Público,  
174 entre outros, e na situação em si verificou-se inúmeras violações de direito,  
175 principalmente em comunidades terapêuticas e alguns hospitais psiquiátricos;  
176 Ainda, continua falando sobre a ocasião, que foi em 2019, mas que de lá pra cá  
177 teve novamente outras denúncias relacionadas à violação de direitos em  
178 comunidades terapêuticas; Com isso, enfatiza que são espaços que não  
179 obedecem às normativas, do contrário do que foi escrito no documento  
180 apresentado, pois o modo de acolhimento na prática das pessoas trans não a  
181 um atendimento digno e acolhedor; Na oportunidade, registra repúdio em  
182 relação ao número alto de investimentos públicos que têm sido enviados às  
183 comunidades terapêuticas e hospitais privados e esses valores de  
184 financiamentos estão saindo injustamente de uma pauta que é muito  
185 importante para nós, como Centro de Atenção Psicossocial, “é uma  
186 necessidade de organização de toda rede de atenção psicossocial que fica  
187 fragilizada e sem possibilidade de um atendimento e de um cuidado de  
188 liberdade dessas pessoas; Percebemos assim que pela sobrecarga de serviço



COMITÊ INTERSETORIAL DE ACOMPANHAMENTO DA POLÍTICA DE PROMOÇÃO E DEFESA DOS DIREITOS DE LÉSBICAS, GAYS, BISSEXUAIS, TRAVESTIS, TRANSEXUAIS, INTERSEXUAIS E OUTRAS ORIENTAÇÕES SEXUAIS, IDENTIDADES E EXPRESSÕES DE GÊNERO DO ESTADO DO PARANÁ (COMITÊ LGBTI+)

189 dos trabalhadores e entre outras a possibilidade vigente são as internações;  
190 Por isso, observamos a precariedade de todos esses serviços que, também,  
191 colabora para esses altos índices de internamento”; Por fim, pontua dizendo  
192 que sentiu necessário inserir essas exposições e o desgosto com esse modo  
193 de funcionamento. Prosseguindo, Bruna Ravena aproveita a presença de  
194 Ricardo Opolz e do Dr. Rafael, dizendo que existe um diálogo e uma  
195 dificuldade muito grande sobre essa temática a respeito da comunidade  
196 terapêutica, pois ainda existem grandes obstáculos para as pessoas que  
197 saíram desses espaços, como o CAPS-AD, em se ressocializar e voltar a  
198 participar do mercado de trabalho; Ainda, acrescenta que sente que a  
199 comunidade LGBTI+ deve também passar por esse procedimento e seria  
200 interessante rever essas possibilidades em outro momento e criar diálogos em  
201 cima dessas questões, como a volta ao mercado de trabalho, nos meios sociais  
202 e não serem oprimidos nesses serviços de ressocialização e prevenção às  
203 drogas. Lucimar atenta ao fato de que as Comunidades terapêuticas não fazem  
204 parte dos CAPS; Ainda, informa sobre a Portaria nº 131, de 26 de janeiro de  
205 2012, que prevê que a comunidade terapêutica, mediante requisitos da  
206 portaria, preconiza enviar projetos para o Ministério da Saúde para que elas  
207 sejam um serviço que recebam financiamentos do Ministério da Saúde e  
208 também como uma unidade e serviço de acolhimento, porém, no Paraná e no  
209 Brasil, não há nenhuma Comunidade Terapêutica que atenda os requisitos  
210 para o financiamento estabelecidos nesta Portaria. Com a palavra, Ricardo  
211 Opolz informa que quando o atual Secretário, Sr. Rogério Carboni, assumiu a  
212 SEJUF, esse tema já vinha sido falado várias vezes como a preocupação  
213 dessas pessoas que saem das casas de recuperação; Afirma que, “temos que  
214 dar um norte para elas, se não acontece da pessoa sair, sem ação, sem apoio  
215 e acabarem voltando a cometer alguns delitos e comportamentos que os leva a



COMITÊ INTERSETORIAL DE ACOMPANHAMENTO DA POLÍTICA DE PROMOÇÃO E DEFESA DOS DIREITOS DE LÉSBICAS, GAYS, BISSEXUAIS, TRAVESTIS, TRANSEXUAIS, INTERSEXUAIS E OUTRAS ORIENTAÇÕES SEXUAIS, IDENTIDADES E EXPRESSÕES DE GÊNERO DO ESTADO DO PARANÁ (COMITÊ LGBTI+)

216 regredir”; Ainda, informa que há debate no assunto de capacitação, no sentido  
217 de que enquanto a pessoa está na casa de recuperação que ela possa ter  
218 acesso a cursos práticos e seja capacitada para o mercado de trabalho; Segue  
219 dizendo que, foi realizado um teste com 100 pessoas e dessas 20 foram dando  
220 sequência nos cursos ofertados, considerando uma ação de sucesso; Ainda,  
221 informa que estão debatendo a respeito da ressocialização, “estamos criando  
222 isso também junto a Agência do Trabalhador, deixando a carteira de trabalho  
223 em dia também e ver toda a documentação da pessoa que está faltando, para  
224 que ao sair da casa de recuperação esteja apta para o mercado de trabalho”.  
225 Bruna Ravena questiona se Lucimar pode compartilhar no grupo a Portaria que  
226 mencionou anteriormente em sua fala para que os demais possam ler e se  
227 estruturar para ampliar e enriquecer o debate. No chat, Rennan Ziemer propõe  
228 um centro de referência para população LGBTI com dependência química,  
229 indicando um CAPS, pois a prioridade em geral é tratamento ambulatorial,  
230 parte da luta antimanicomial; ainda, propõe a expedição de ofício para  
231 Secretaria Estadual de Saúde e Municipal de Saúde de Curitiba para indicar  
232 um CAPS-AD (álcool e drogas) para se tornar centro de referência para  
233 tratamento de dependência química para a população LGBTI do Paraná. Bruna  
234 Ravena pondera que pode ser proposto, “mas o Estado ou Município acatar  
235 que é o problema, pois querendo ou não o serviço já é precário para os CAPS-  
236 AD e as unidades que já tem o serviço ofertado, e, querer solicitar um  
237 específico no momento pode não ser aceito”; Ainda, pontua sobre a  
238 necessidade de trabalhar na perspectiva de fortalecer o já existente, tendo que  
239 compreender como as pessoas devem ser acolhidas nesses espaços,  
240 independentemente de sua identidade e expressão de gênero; Assim, levanta o  
241 questionamento se todos as pessoas presentes estão de acordo com a  
242 proposta de oficiar os CAPS-AD para solicitar informações sobre o quantitativo

COMITÊ INTERSETORIAL DE ACOMPANHAMENTO DA POLÍTICA DE PROMOÇÃO E DEFESA DOS DIREITOS DE LÉSBICAS, GAYS, BISSEXUAIS, TRAVESTIS, TRANSEXUAIS, INTERSEXUAIS E OUTRAS ORIENTAÇÕES SEXUAIS, IDENTIDADES E EXPRESSÕES DE GÊNERO DO ESTADO DO PARANÁ (COMITÊ LGBTI+)

243 de pessoas LGBTI+, especialmente pessoas trans, são atendidas nas suas  
244 diferentes modalidades. Proposta aprovada. Na sequência, Lucimar diz que  
245 considera pertinentes essas demandas, no entanto ressalta que devemos  
246 lembrar que o SUS é universal e estamos lutando em duas perspectivas: na  
247 questão de dar visibilidade e na questão de equidade em saúde, ou seja,  
248 atender as pessoas nas suas especificidades no que já existe no SUS, sendo  
249 esse um dos eixos na questão da saúde; Dito isso, visando que o SUS é  
250 universal e é para todos(as/es) e que todos os serviços, inclusive os serviços  
251 que compõem a rede de atenção psicossocial, têm que atender e ter  
252 acolhimento para todas as pessoas, ressalta que temos que lutar por um  
253 atendimento humanizado. Bruna compartilha desta opinião enfatizando que o  
254 serviço é precário e temos que trabalhar com base no que já temos. No chat,  
255 Rennan Ziemer informa que na próxima reunião trará uma proposta mais  
256 detalhada, mas concorda com a proposta de pedir informações sobre pacientes  
257 LGBTI+ atendidos nos CAPS. Em resposta, Bruna Ravena diz ter entendido e  
258 considerado essa proposta, mas pergunta como vamos habilitar um CAPS-AD,  
259 que não é um serviço terapêutico ou uma comunidade terapêutica, mas um  
260 serviço de acompanhamento e de participação conjunta. Lucimar acrescenta  
261 ser um serviço que atende as pessoas que estão no território e o CAPS-AD  
262 atende a todos(as/es), pois a Assistência Social é para aqueles que precisam;  
263 “O SUS é para todos! Embora tenhamos políticas de equidade, trabalhamos na  
264 perspectiva de que as pessoas nas suas especificidades devem ser olhadas e  
265 cuidadas dentro do que já existe no SUS, os CAPS-AD devem sim acolher a  
266 todos e acolher de forma humanizada. Bruna Ravena concorda com a  
267 colocação de Lucimar e explica ao Renan que seria importante ter uma  
268 perspectiva de quantos atendimentos é feito a população LGBTI+; Ainda,  
269 questiona se ele concorda com a proposição, ou, que na próxima plenária ele



COMITÊ INTERSETORIAL DE ACOMPANHAMENTO DA POLÍTICA DE PROMOÇÃO E DEFESA DOS DIREITOS DE LÉSBICAS, GAYS, BISSEXUAIS, TRAVESTIS, TRANSEXUAIS, INTERSEXUAIS E OUTRAS ORIENTAÇÕES SEXUAIS, IDENTIDADES E EXPRESSÕES DE GÊNERO DO ESTADO DO PARANÁ (COMITÊ LGBTI+)

270 traga algo mais específico, pois são necessários mais dados e estudo das  
271 violações dentro dos CAPS-AD, como o não atendimento; Ainda, pergunta se  
272 há alguma outra proposição sobre essa temática, ficando mais esse ponto a  
273 ser aprovado a respeito dos pacientes LGBTI+ que são atendidos pela SESA e  
274 as redes CAPS-AD. Liza questiona se as contribuições citadas não podiam ser  
275 levadas à Conferência de Saúde Mental que acontecerá dentro de poucos dias.  
276 Bruna Ravena salienta que podem sim reunir, articular e dialogar para trazer  
277 essa política para dentro da saúde mental também, pois antes de falar da  
278 redução de danos, temos que falar da prevenção, e a prevenção começa e  
279 inicia na saúde mental. Liza, concorda! Bruna pergunta se todos estão de  
280 acordo. Angela contribui dizendo que, todas as propostas já foram levadas por  
281 seus municípios e nas etapas regionais para a Conferência Estadual de Saúde  
282 Mental, então as propostas já foram feitas, sendo provável ter propostas para a  
283 população LGBTI+, mas de todo modo, o Comitê pode construir uma moção de  
284 apoio ao bom atendimento a essa população em todos os espaços; Ainda,  
285 informa que as datas da conferência serão nos dias 28 e 29 de junho. Em  
286 resposta, Bruna Ravena sugere que seja de forma articulada para aprovar as  
287 demandas que vem do interior sobre a criação de um Centro de Referência,  
288 sobre o acolhimento, sobre a Unidade Básica de Saúde para que se torne um  
289 Centro de Referência para atendimento ao público LGBTQIA+. Janaína volta  
290 na pauta anterior sobre indicação ao Comitê LGBT para uma pessoa para  
291 participar do GMF e informa ter conversado com o Kleber e foi sugerido, por  
292 ele, para que desde logo a Angela ou alguém do CRP que seja oficialmente  
293 designado pelo Comitê LGBTI+ também participe dos GT e não precisa ser só  
294 uma pessoa. Angela informa disponibilidade em participar do GMF/PR. Bruna  
295 Ravena pede para Angela informar para a Daiane as indicações do CRP para a  
296 composição do GMF/PR. Sem mais manifestações, passou-se para o próximo



COMITÊ INTERSETORIAL DE ACOMPANHAMENTO DA POLÍTICA DE PROMOÇÃO E DEFESA DOS DIREITOS DE LÉSBICAS, GAYS, BISSEXUAIS, TRAVESTIS, TRANSEXUAIS, INTERSEXUAIS E OUTRAS ORIENTAÇÕES SEXUAIS, IDENTIDADES E EXPRESSÕES DE GÊNERO DO ESTADO DO PARANÁ (COMITÊ LGBTI+)

297 ponto de pauta. **6. Ofício nº 3641/2022 - Solicitação de criação de Conselho**  
298 **Estadual LGBTI+ (Protocolo nº 18.991.163-7):** Bruna Ravena realiza a leitura  
299 do documento de origem da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná,  
300 apresentando o requerimento solicitando providências criação do Conselho  
301 Estadual LGBTI+. Liza acrescenta que essa é uma demanda que vem desde  
302 2006; Na época algumas pessoas estiveram na 1ª Conferência Nacional de  
303 Gays, Lésbicas, Bissexuais, Travestis e Transexuais (GLBT), realizada no Rio  
304 de Janeiro, onde as secretarias de Estado participaram, inclusive aqui do  
305 Paraná e foi deliberado que cada Estado iria se articular para a Criação de  
306 Conselhos ou Comitês LGBTs, porém se trata de iniciativa parlamentar e não  
307 houve mais interesse em propor a criação de Conselho LGBTs. Janaina  
308 complementa informando que, o Projeto de Lei é de iniciativa do Poder  
309 Executivo e depois tem que ser aprovado pelo Poder Legislativo, por isso há  
310 essa dificuldade de junção de vontades para aprovação desse Projeto de Lei;  
311 Também informa que, seguindo essa demanda da sociedade civil, o Dr.  
312 Olympio (CAOPJDH-MPPR) pontuou isso e falou da relevância de criar um  
313 Conselho Estadual LGBTI+. Toni Reis agradece o Dr Olympio por solicitar uma  
314 audiência com o legislativo e concorda com Liza de que essa é uma demanda  
315 de bastante tempo; Informa que participou da 1ª Conferência Nacional GLBT e  
316 foi definido que se queria o tripé da cidadania (uma Coordenação da Política,  
317 um Plano Estadual e um Conselho); Salaria que a criação de um Conselho  
318 precisa ser de iniciativa do Chefe do Executivo no Estado, ou seja, do  
319 Governador. Bruna agradece pelas contribuições e propõe como  
320 encaminhamento a expedição de ofício agradecendo pela iniciativa parlamentar  
321 e aguardar qual será o parecer do estado em relação a esta solicitação.  
322 Janaina sugere que seja acompanhada a tramitação do referido protocolo  
323 periodicamente e atualizar o Comitê sobre os novos andamentos. Daiane

COMITÊ INTERSETORIAL DE ACOMPANHAMENTO DA POLÍTICA DE PROMOÇÃO E DEFESA DOS DIREITOS DE LÉSBICAS, GAYS, BISSEXUAIS, TRAVESTIS, TRANSEXUAIS, INTERSEXUAIS E OUTRAS ORIENTAÇÕES SEXUAIS, IDENTIDADES E EXPRESSÕES DE GÊNERO DO ESTADO DO PARANÁ (COMITÊ LGBTI+)

324 informa que irá providenciar o ofício de resposta, bem como que irá  
325 acompanhar a tramitação do protocolo e trazer informações para o Comitê.  
326 Propostas aprovadas. Por fim, Bruna Ravena atenta que agora cabe aos  
327 movimentos sociais articular e buscar a aprovação do Conselho pelo  
328 Governador. Sem mais manifestações, passou-se para o próximo ponto de  
329 pauta. **7. Projeto de Lei sobre contratação de pessoas egressas do**  
330 **sistema prisional, mulheres vítimas de violência e pessoas trans:** Bruna  
331 Ravena contextualiza dizendo que solicitou essa pauta, pois no município de  
332 Foz do Iguaçu - que acaba sendo pioneiro nessas pautas de Direitos Humanos,  
333 principalmente da população trans -, foi promulgada a Lei Municipal nº  
334 5065/2022, que dispõe sobre a reserva de vagas para egressos do Sistema  
335 Penal, mulheres vítimas de violência doméstica e pessoas transgêneras, na  
336 prestação de serviços com fortalecimento de mão de obra para o município de  
337 Foz do Iguaçu; Assim, considerando que no movimento LGBTI+ as pessoas  
338 que mais tem precarização de inserção social são as pessoas trans e que a  
339 “inserção social é dever do Estado e obrigação de todos!”, destaca sobre a  
340 importância de que também haja essa disposição legal no Estado que  
341 contemple as pessoas trans e mulheres vítimas de violência doméstica. Liza  
342 sugere levar essa demanda ao conhecimento de algum parlamentar que possa  
343 propor essa iniciativa; Ainda, sugere estender a reserva de vagas para os  
344 programas da COHAPAR, por exemplo. Bruna Ravena manifesta-se dizendo  
345 que acha pertinente as sugestões de Liza, e informa que no caso de Foz do  
346 Iguaçu conseguiu com que o Fundo Municipal de Habitação contemplasse em  
347 uma aquisição pessoas trans nas cotas de moradia, porém nos casos de  
348 habitação estadual precisa haver previsão em Lei e traz como referência o  
349 Programa Transcidadania que promove a reintegração social e o resgate da  
350 cidadania para travestis, mulheres transexuais e homens trans em situação de



COMITÊ INTERSETORIAL DE ACOMPANHAMENTO DA POLÍTICA DE PROMOÇÃO E DEFESA DOS DIREITOS DE LÉSBICAS, GAYS, BISSEXUAIS, TRAVESTIS, TRANSEXUAIS, INTERSEXUAIS E OUTRAS ORIENTAÇÕES SEXUAIS, IDENTIDADES E EXPRESSÕES DE GÊNERO DO ESTADO DO PARANÁ (COMITÊ LGBTI+)

351 vulnerabilidade; Ainda, pergunta se alguém quer argumentar sobre o assunto e  
352 pontua que não somente as empresas LGBTs devem contratar o trans e o  
353 Governo não pode ficar omissos nessa situação. Adiante, Janaina questiona se  
354 a pauta, em relação ao Ministério Público, é encaminhar a elaboração de  
355 recomendação solicitando uma parte das vagas comissionadas. Bruna Ravena  
356 explica que, tendo em vista, por exemplo, “no TRE existem cotas para as  
357 mulheres, cotas para as pessoas negras”, que em outras repartições do Estado  
358 uma parte dos cargos de comissão sejam destinadas para pessoas LGBTs, por  
359 isso pede que o Ministério Público recomende que nos Órgãos Públicos,  
360 principalmente nos espaços que constroem e administram as políticas públicas,  
361 tenham um percentual de cotas. Janaina manifesta-se dizendo que as  
362 proposições são válidas, haja vista que de fato as instituições públicas não são  
363 plurais; E, diz que, a garantia de cotas para pessoas negras, se dá, em razão  
364 do concurso público, mas que em relação aos cargos comissionados não existe  
365 essa garantia; Por fim, como trata-se de um pedido institucional sugere  
366 encaminhar à Procuradoria-Geral de Justiça – MPPR (PGJ), com cópia para o  
367 Centro de Apoio Operacional das Promotorias de Justiça de Proteção aos  
368 Direitos Humanos (CAOPJDH), mas com indicação de como isso pode ser  
369 viabilizado – por autodeclaração?, por exemplo. Liza complementa dizendo que  
370 o maior “gargalo” em relação a isso é quanto às pessoas trans, já que gays e  
371 lésbicas têm maior passabilidade social. Janaina finaliza dizendo que, isso tem  
372 que ser definido em âmbito institucional, “logo qualquer medida positiva nesse  
373 sentido seria atribuição da PGJ”. Bruna elogia o Grupo Dignidade que tem feito  
374 as ações para empregabilidade e frisa o quanto precisa avançar nesta  
375 mobilização e questiona se, em relação à pauta em discussão, convoca-se  
376 uma audiência pública ou solicita a recomendação ao MPPR. Liza concorda  
377 com as sugestões e complementa dizendo que a audiência pública pode ser



COMITÊ INTERSETORIAL DE ACOMPANHAMENTO DA POLÍTICA DE PROMOÇÃO E DEFESA DOS DIREITOS DE LÉSBICAS, GAYS, BISSEXUAIS, TRAVESTIS, TRANSEXUAIS, INTERSEXUAIS E OUTRAS ORIENTAÇÕES SEXUAIS, IDENTIDADES E EXPRESSÕES DE GÊNERO DO ESTADO DO PARANÁ (COMITÊ LGBTI+)

378 viabilizada por algum parlamentar, ou pela Defensoria Pública do Estado.  
379 Prosseguindo, Lucas explicou um pouco sobre o Projeto Conexão Brasil que  
380 está sendo executado no Paraná, Rio de Janeiro e Alagoas. No Paraná, o  
381 projeto é em convênio com o Ministério dos Direitos Humanos e está previsto  
382 para durar 01 (um) ano provocando a empregabilidade LGBT nas seis  
383 regionais do Estado. A empregabilidade não se refere somente a 'dar um  
384 emprego', mas criar um ambiente de trabalho acolhedor, treinamento dos  
385 profissionais das empresas e também com a gestão local para fazer  
386 campanhas e ações. Além disso, também há encontros com os Movimentos  
387 Sociais e LGBT's de cada cidade para verificar quais são as demandas,  
388 fazendo palestras e ações em Paranaguá, Guarapuava, Maringá, Londrina e  
389 Ponta Grossa. Fora a questão da empregabilidade, também é fornecido o  
390 atendimento social na instituição, pois muitas vezes, anteriormente à busca do  
391 emprego, o indivíduo LGBT não está com a casa bem resolvida, alimentação  
392 irregular, saúde mental afetada, problemas jurídicos, documentação e etc.  
393 Desde o começo do ano foram realizados 187 atendimentos de triagem na  
394 ONG, entre eles retificação do pronome, atendimentos psicológicos, jurídicos,  
395 sociais, retorno às suas residências, voltar a estudar e demais suportes  
396 necessários. Por fim, Lucas reiterou a sugestão da Bruna de convocar uma  
397 Audiência Pública para apresentar os projetos e recomendações à ALEP.  
398 Claudio complementou que é mais adequado solicitar informações ao DEPEN  
399 sobre o tema. Sandra solicitou que a questão seja encaminhada para a  
400 Coordenação da Política da Diversidade - que está sob sua responsabilidade.  
401 Todos os encaminhamentos supracitados foram aprovados por unanimidade. **8.**  
402 **Solicitação ao MP - sobre porcentagem de vagas para cargos**  
403 **comissionados (Bruna Ravena):** Bruna indicou que é uma recomendação,  
404 tendo em vista que dentro do TRE possui cotas para pessoas trans, mulheres e



COMITÊ INTERSETORIAL DE ACOMPANHAMENTO DA POLÍTICA DE PROMOÇÃO E DEFESA DOS DIREITOS DE LÉSBICAS, GAYS, BISSEXUAIS, TRAVESTIS, TRANSEXUAIS, INTERSEXUAIS E OUTRAS ORIENTAÇÕES SEXUAIS, IDENTIDADES E EXPRESSÕES DE GÊNERO DO ESTADO DO PARANÁ (COMITÊ LGBTI+)

405 negros (as) e que essas indicações também possam serem feitas no Executivo  
406 e Legislativo, pois não se pode ter um modo de política dentro do TRE e outros  
407 modos de políticas nos demais espaços. Janaina respondeu que é válido o  
408 pedido e que ele seja encaminhado à PGJ - com cópia ao CAOPJDH -,  
409 sugerindo como isso poderia ser viabilizado se abrangesse toda a população  
410 LGBT - se por autodeclaração ou outro modo. Liza enfatizou que o 'Calcanhar  
411 de Aquiles' são as pessoas trans, pois gays e lésbicas circulam livremente  
412 nestes espaços. Janaina então indicou novamente que é válido e os critérios  
413 poderão ser estabelecidos pelo próprio Comitê. O encaminhamento de ofício à  
414 PGJ indicado pela Janaína foi aprovado por unanimidade. **9. Retorno do**  
415 **Hospital Universitário Regional de Maringá (Protocolo nº 18.868.095-0):**  
416 Bruna realizou a leitura da resposta do Hospital Universitário Regional de  
417 Maringá - que enviou uma negativa sobre a solicitação devido à alta demanda  
418 do Hospital. Bruna durante a leitura observou que quando o hospital traz a  
419 negativa por conta de não fazer parte é somente por falta de credenciamento,  
420 pois a execução cirúrgica já existe. Lucimar respondeu que oficialmente, dentro  
421 da Secretaria de Saúde, não existe a negativa de credenciamento do HC, e  
422 que apesar da baixa da pandemia, as doenças respiratórias têm sufocado os  
423 serviços. Portanto, cabe aguardar a negativa das solicitações realizadas para  
424 tomar o próximo passo no credenciamento do Processo Transexualizador. Liza  
425 destacou que o próprio CPATT tem alta demanda e muitas pessoas estão há  
426 06 (seis) meses aguardando uma vaga para o primeiro atendimento, assim  
427 sendo, se o CPATT tem um corpo clínico completo - como exige o  
428 credenciamento - deveria conseguir atender a demanda que vêm aumentando,  
429 porém, não é o que vêm acontecendo. Lucimar concordou que a demanda do  
430 CPATT está super represada e que no mês de maio foram abertas apenas 08  
431 (oito) novas vagas, sendo muito pouco. Um dos aspectos do CPATT

COMITÊ INTERSETORIAL DE ACOMPANHAMENTO DA POLÍTICA DE PROMOÇÃO E DEFESA DOS DIREITOS DE LÉSBICAS, GAYS, BISSEXUAIS, TRAVESTIS, TRANSEXUAIS, INTERSEXUAIS E OUTRAS ORIENTAÇÕES SEXUAIS, IDENTIDADES E EXPRESSÕES DE GÊNERO DO ESTADO DO PARANÁ (COMITÊ LGBTI+)

432 destacados pela Lucimar foi de que o (a) paciente que ingressa no serviço é  
433 acompanhado por um longo período pela equipe multidisciplinar, não sendo  
434 desligado. Daiane destacou que nas reuniões anteriores foram enviadas  
435 solicitações a todos os Hospitais Universitários, porém, não foram solicitadas  
436 novas informações quanto ao andamento do credenciamento do Processo  
437 Transsexualizador ao Hospital de Clínicas, sugerindo assim, que seja  
438 encaminhado ofício ao mesmo pedindo informações atualizadas. Liza sugeriu  
439 que no encaminhamento ao HC seja disposto '*de acordo com as várias*  
440 *tratativas*' porque foram vários diálogos e tratativas que ainda não foram  
441 cumpridas. Lucimar sugeriu que a tratativa com o HC seja citada, essa que é a  
442 Recomendação nº 011/2017 da Defensoria Pública do Estado. Janaina  
443 destacou que, quando oficiado o HC, é indicado que é referente às questões de  
444 cirurgias. Todos os encaminhamentos supracitados foram aprovados por  
445 unanimidade. **10. Retorno da SESP sobre a solicitação de celeridade no**  
446 **protocolo que trata de alterações de campos dos BOs registrados no**  
447 **Paraná (Protocolo nº 18.868.166-2):** Bruna realizou a leitura da resposta da  
448 SESP. Daiane acrescentou que o protocolo nº 17.854.320-2, que trata sobre a  
449 alteração nos Boletins de Ocorrência - População LGBTI+, ainda está em  
450 tramitação na SESP e é necessário aguardar as indicações dos membros da  
451 Defensoria Pública, OAB/PR e Tribunal de Justiça. Adiante, Dr. Marques  
452 informou que haviam vários protocolos tramitando concomitantemente e foi  
453 percebido que havia um protocolo do MP com todas as alterações solicitadas,  
454 porém, houve uma reunião na SESP para verificação onde foram encontrados  
455 erros. Portanto, no dia 07 de julho irá até a SESP para ver as alterações que  
456 estão sendo feitas comparado ao protocolo anterior e a partir dessa análise  
457 indagar o porquê de ainda estar parado e cobrar uma previsão de conclusão.  
458 Por fim, o Dr. Marques mencionou que a reunião também ocorrerá em formato



COMITÊ INTERSETORIAL DE ACOMPANHAMENTO DA POLÍTICA DE PROMOÇÃO E DEFESA DOS DIREITOS DE LÉSBICAS, GAYS, BISSEXUAIS, TRAVESTIS, TRANSEXUAIS, INTERSEXUAIS E OUTRAS ORIENTAÇÕES SEXUAIS, IDENTIDADES E EXPRESSÕES DE GÊNERO DO ESTADO DO PARANÁ (COMITÊ LGBTI+)

459 presencial e caso alguém se disponha a participar está convidado (a) - além da  
460 sala virtual que terá seu *link* divulgado. **11. Encerramento:** Em conclusão,  
461 após o debate de todas as pautas, Bruna, em sua qualidade de Coordenadora  
462 agradeceu a presença de todas (os/es) e encerrou a Reunião Ordinária do  
463 Comitê Intersectorial de Acompanhamento da Política de Promoção e Defesa  
464 dos Direitos de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis, Transexuais,  
465 Intersexuais e outras orientações sexuais, identidades e expressões de gênero  
466 do Estado do Paraná (Comitê LGBTI+ PR). A presente ata foi lavrada por Davi  
467 da Rosa e revisada pela secretária-executiva, Daiane Pego.